

A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA INFANTOJUVENIL: ENTRE CONCEPÇÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Carolina Eduarda Rossi (PIC/Uem), Ednéia José Martins Zaniani
(Orientador), e-mail: caroledurossi@gmail.com.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes/Maringá, PR.

Psicologia / Psicologia Social

Palavras-chave: Crianças, Adolescentes, Sócio-Histórica.

Resumo:

A presente pesquisa investigou como a violência psicológica tem sido compreendida e acolhida por profissionais que atendem crianças e adolescentes que sofreram violência doméstica. Orientados pela leitura sócio-histórica, realizamos uma pesquisa de campo e utilizando entrevistas semiestruturadas ouvimos cinco profissionais que lidam diretamente com essas formas de violência e que trabalham em duas importantes instituições do Sistema de Garantia de Direitos: Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e o Conselho Tutelar de uma cidade de pequeno porte, no norte do Paraná. A violência, sendo um fenômeno histórico e multideterminado, nem sempre é compreendida em sua complexidade e a violência psicológica tende a passar despercebida, especialmente quando a marca física se faz visível, desconsiderando-se os danos que a mesma pode trazer à saúde mental e o desenvolvimento integral das vítimas. Por meio da análise das entrevistas percebeu-se que há muito a ser trabalhado, tanto nas referidas instituições, quanto na sociedade atual, já que a violência psicológica continua não sendo valorada e, muitas vezes, não sendo vista como uma forma de violência. Apreendemos uma concepção biologizante de saúde mental e o encaminhamento para atendimento especializado e individualizado como recorrente, além de uma evidente dificuldade de articulação da rede. Acrescido a isso, revisão bibliográfica também revela que a violência psicológica tem sido pouco pesquisada e tratada de maneira secundária nos artigos científicos, confirmando-nos a necessidade de estudos outros acadêmicos que orientem a formação e a formação continuada dos profissionais que atendem crianças e adolescentes que sofreram violência psicológica no âmbito doméstico.

Introdução

A violência psicológica é definida como qualquer conduta que cause dano emocional, que diminua a autoestima e que degrade ou controle as ações, comportamentos, crenças e decisões de um indivíduo. Estes podem ocorrer por meio de ameaça, constrangimento, manipulação, humilhação,

perseguição, insulto, chantagem, isolamento ou qualquer outro meio que cause prejuízos a saúde psicológica (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002).

Este estudo teve como principal objetivo investigar como a violência psicológica tem sido compreendida e acolhida por profissionais que atendem crianças e adolescentes que sofreram violência doméstica. Procurou identificar o que consideram por saúde mental e como os profissionais entendem as implicações desta forma de violência ocorrida no ambiente doméstico sobre o desenvolvimento infantojuvenil. Buscou também reconhecer como lidam, quais os encaminhamentos são mais frequentes e compreender os maiores desafios e as possibilidades do trabalho junto às crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e suas famílias. Para tanto, utilizou-se a teoria sócio-histórica, que tem como base, a percepção da totalidade social, buscando compreender os sujeitos envolvidos e seu contexto, a partir da multideterminação dos fenômenos que envolvem o homem e suas relações.

Atualmente reconhece-se que a violência é um fenômeno complexo, sendo um problema social, político e humanitário, presente em diversos contextos, épocas e culturas. Trata-se de uma questão fundamental para o setor de saúde, principalmente quando a violência ocorre antes do crescimento e desenvolvimento completo, ou seja, na infância e na adolescência (ABRANCHES; ASSIS, 2011).

Entre outras formas de violência, a violência Psicológica é a mais silenciosa, já que não ostenta marcas e “[...] passa quase despercebida, especialmente quando a marca física se faz visível” (RAMOS; SILVA, 2011, p. 144). A despeito dessa observação, a violência psicológica vem sendo considerada como o ponto central do abuso infantil e da negligência, causando mais danos ao desenvolvimento que a violência física (RAMOS; SILVA, 2011).

Reconhecemos a importância dos Conselhos Tutelares e dos CREAS no que tange a proteção e o cuidado às crianças e adolescentes vítimas de violência. Entretanto, muitos profissionais que trabalham nas políticas públicas protetivas e socioassistenciais encontram dificuldades em ajudar as famílias que estão em situação de abuso psicológico, pois, além de não ser reconhecida como uma forma de violência, as famílias também resistem a tratamentos e contato com as instituições. Dessa forma, seu enfrentamento deve ser pensado em rede, dentro de uma proposta mais ampla e diversificada de cuidados, buscando a prevenção e a promoção da saúde.

Materiais e métodos

Em um primeiro momento realizou-se uma busca mais sistemática de produções científicas – artigos que versavam sobre a temática nas plataformas de pesquisa (SciELO, Pepsic e Google Acadêmico). Após isso, houve a realização de entrevistas semiestruturadas com três profissionais do Conselho Tutelar e dois do CREAS de uma cidade de pequeno porte, no norte do Paraná que demonstraram disponibilidade e interesse em contribuir com a pesquisa. Após assinarem o Termo de Compromisso Livre e

Esclarecido – TCLE, concordando participar da pesquisa, realizamos as entrevistas que foram gravadas, transcritas, categorizadas em núcleos de significação e analisadas à luz da leitura da teoria sócio-histórica.

Mediante a transcrição, realizou-se várias leituras flutuantes para a familiarização com o conteúdo, visando também o destaque dos pré-indicadores. Após este processo, houve a aglutinação dos pré-indicadores, por similaridade, complementaridade ou contraposição, formando assim, os chamados núcleos de significação. Posterior a isso, aconteceu a análise dos referidos núcleos, cujos resultados expomos a seguir.

Resultados e Discussão

Durante a realização da pesquisa houve dificuldade, por parte de alguns profissionais, de identificação do que é a violência psicológica, especialmente dos Conselheiros Tutelares, já que a mesma foi explicada por meio de exemplos e não por um conceito. Além disso, durante as falas houve a exposição de um significado que vigora socialmente, ou seja, a generalização da situação da violência, revelando que a mesma é entendida como um ciclo e que a família que vive em contexto de violência não tem alternativa, a não ser, reproduzi-la.

Além disso, percebemos que o conhecimento que alguns profissionais detêm sobre o sentido de saúde mental está dentro de um senso comum, sendo notável também que a forma como lidam com estas questões ainda é marcada por uma leitura unidirecional e biologizante. Tenta-se construir um entendimento de que a saúde mental não é reduzida a psicopatologia ou semiologia, ou seja, ao estudo ou tratamento de doenças, já que ao realizar este processo, haverá uma perda do sentido real, reduzindo a um estereótipo social. Ainda relacionado a este fator, há a preocupação e o reconhecimento dos profissionais do CREAS, de que falta diálogo e articulação entre os trabalhadores do município para a construção de uma rede de cuidados. A investigação revelou consequentemente a importância da formação continuada, a fim de que consigam lidar de forma mais adequada e assim, possam ter menos dúvidas quanto a questões como essa.

Ficou claro, durante esse processo, que reconhecem como necessidade encaminhar a criança e o adolescente junto com a sua família para outros profissionais ou serviços da rede de apoio, sendo estes mais 'especializados' e 'preparados' para lidar com tais situações, mostrando a compreensão de que processo deve envolver a escuta e atenção para a família inteira.

Foi possível averiguar que o profissional que está em contato com esse coletivo também se sente violentado, já que, para alcançar o seu objetivo de trabalho, ele não pode atuar isoladamente. Mas na sociedade atual, o trabalho é muito individualizado e fragmentado, fazendo com que poucos se responsabilizem e busquem pelo culpado quando se deparam com erros no decorrer do processo.

Durante a realização da pesquisa, foi possível perceber que ainda há inúmeros desafios a serem vencidos, principalmente quando se trata das

críticas que os conselheiros tutelares recebem quando tentam trabalhar na direção da manutenção dos direitos, já que, socialmente, assumem a significação de um órgão que irá proteger infratores. Merece destaque o fato de muitos acreditarem que o Conselho Tutelar erra ao se intrometer em situações ocorridas no ambiente familiar, pois o que ocorre nela é da ordem do privado, e isso pode refletir, inclusive, na forma de atuação dos próprios conselheiros.

Conclusões

Por mais que haja uma preocupação com o trabalho em rede para cuidar e proteger as crianças, adolescentes e as famílias que estão inseridas no contexto de violência, ainda há muito que construir. Foi possível perceber que a forma comum como alguns profissionais lidam com as questões envoltas à violência é o encaminhamento. Seria de extrema importância para o enfrentamento à violência no geral, o trabalho em rede, de forma ampla e diversificada, aumentando as ações de cuidados, buscando a prevenção e a promoção da saúde.

Além disso, é preciso, primeiramente, que a violência psicológica seja reconhecida como uma forma de violência tanto pelos profissionais quanto no próprio meio acadêmico/científico. Este fato, também foi um dos limites do estudo, já que o número de referências bibliográficas encontradas que abordavam especificamente o assunto foi bastante reduzido.

Compreende-se ainda a necessidade de os profissionais que compõem o Sistema de Garantia de Direitos tenham conhecimento de que o fenômeno da violência não começou, nem termina ali, que deve ser enfrentado diariamente, em diferentes esferas da vida em sociedade.

Referências

ABRANCHES, C; ASSIS, S. G. A (in)visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 5, p. 843-854. Mai. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2011000500003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 Mar. 2016.

Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial Violência e Saúde**. Genebra: OMS; 2002.

RAMOS, M. L. C. O; SILVA, A. L. Estudo sobre a violência doméstica contra a criança em unidades básicas de saúde do município de São Paulo - Brasil. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 136-146. Jan/Mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 Mar. 2016.